

**Firly Nascimento Filho**

**O CONSELHO NACIONAL DE  
JUSTIÇA. Democracia, atos judiciais  
e controle da atividade do Juiz.**

**Tese de Doutorado**

**VOLUME I**

**Departamento de Direito**

**Programa de Pós-Graduação em Direito**

Rio de Janeiro  
Março de 2010



**Firly Nascimento Filho**

**O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.**

**Democracia, atos judiciais e  
controle da atividade do Juiz.**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em Direito pelo  
Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-  
Rio.

Orientadora: Rosangela Lunardelli Cavallazzi

**VOLUME I**

Rio de Janeiro, março de 2010



**Firly Nascimento Filho**

**O CONSELHO NACIONAL DE  
JUSTIÇA. Democracia, atos judiciais e  
controle da atividade do Juiz.**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor pelo Programa de  
Pós-graduação em Direito da PUC-Rio.  
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo  
assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Rosângela Lunardelli Cavallazzi**

Orientadora

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Adriano Pilatti**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Ana Lúcia de Lyra Tavares**

Departamento de Direito – PUC-Rio

**Prof. Dwight Cerqueira Ronzani**

Universidade Salgado de Oliveira

**Prof<sup>a</sup>. Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva**

Universidade Gama Filho

**Prof<sup>a</sup>. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de  
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de março de 2010

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Firly Nascimento Filho**

Graduou-se em Direito pela PUC-RIO (1983). É Mestre em Direito Constitucional pela PUC-RIO (1995). É Professor do curso de Graduação da PUC-RIO e de Pós-Graduação *Lato Sensu* da PUC-RIO, FGV e UCAM. Foi Assessor Legislativo (ALERJ). Foi Assessor Jurídico da PUC-RIO. É sócio honorário do IAB. Membro efetivo da Associação dos Juizes Federais (AJUFE), sendo seu delegado no Rio de Janeiro (1998/2000). Membro efetivo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Juiz Federal no Rio de Janeiro.

### **Ficha Catalográfica**

Filho, Firly Nascimento

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Democracia, atos judiciais e controle da atividade do Juiz. / Firly Nascimento Filho ; orientador: Rosângela Lunardelli Cavallazzi. – 2010.

2v. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Direito)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Conselho Nacional de Justiça. 3. Democracia. 4. Atos Judiciais. 5. Controle Administrativo. 6. Juizes. 7. Poder Judiciário. I. Cavallazzi, Rosângela Lunardelli. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD: 340

## **Agradecimentos**

Aos meus pais Firly Nascimento e Maria do Carmo da Motta Nascimento (in memoriam), por tudo na vida.

Aos queridos amigos da PUC-RIO e da Justiça Federal, pelo apoio, carinho e pelas intensas aventuras.

Ao meu orientador Francisco Mauro Dias, amigo querido, sem o qual não poderia ter percorrido meu trajeto intelectual, na pessoa de quem presto homenagem a todos que me acompanharam até aqui, com imensa admiração e renovado carinho.

## Resumo

Filho, Firly Nascimento; Cavallazzi, Rosângela Lunardelli. **O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Democracia, atos judiciais e controle da atividade do Juiz.** Rio de Janeiro, 2010, 322p. Tese de Doutorado - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese busca demonstrar que a atuação do Conselho Nacional de Justiça criou um novo equilíbrio interno entre os órgãos do Poder Judiciário nacional. Para isso estabelece os padrões gerais dos institutos da Democracia, da Separação de Poderes, da Jurisdição e dos institutos da independência dos juizes, dos poderes processuais, da conduta individual externa e interna. A partir desses parâmetros estabelece um exame da estrutura atual do Poder Judiciário, com incursão na formação histórica, o que explica algumas das características atuais dos problemas que são enfrentados, como a demora na prestação jurisdicional e a conduta dos juizes. Focalizam-se os Princípios de Conduta Judicial discutidos e formalizados em Bangalore, Índia e que constituem um marco fundamental para a atividade dos juizes em todo o mundo. Como um documento de natureza diplomática, busca conciliar as diversas tradições jurídicas, quer européias ou americanas ou de outra influência, como Índia, Malásia e países africanos. Também ocorre a análise dos princípios éticos aplicados no Brasil. No capítulo final adentra pela análise da atuação do Conselho Nacional de Justiça, fincando suas raízes históricas, inclusive como fruto do processo de globalização, capitaneado pelo Banco Mundial, examinando os diversos casos enfrentados pelo Conselho e enfatizando aqueles de maior repercussão para o equilíbrio interno dos órgãos do Poder Judiciário. Conclui-se que o CNJ é o guardião da administração do Poder Judiciário nacional e que o controle dos seus atos, realizado somente pelo Supremo Tribunal Federal, tem redundado em sua legitimação, o que é resultado da análise dos diversos precedentes examinados no curso da pesquisa.

## Palavras-chaves

Conselho Nacional de Justiça, Democracia, Atos judiciais, Controle administrativo, Juizes, Poder Judiciário.

## Abstract

Filho, Firly Nascimento; Cavallazzi, Rosângela Lunardelli(Advisor). **National Justice Council. Democracy, judiciary acts and judge control activity.** Rio de Janeiro, 2010, 322p. PhD Thesis. Departamento de Direito (Law Department), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

The thesis seeks to demonstrate that the performance of the National Council of Justice has created a new balance between the internal organs of the national judiciary. For that establishes the general standards of the institutes of democracy, the Separation of Powers, Jurisdiction and the institutes of independent judges, procedural powers, the conduct of individual external and internal. From these parameters provides an examination of the current structure of the Judiciary, to foray into the historical background, which explains some of the current characteristics of the problems that are faced, as the delay in the court and the conduct of judges. They focus the Principles of Judicial Conduct discussed and formalized in Bangalore, India and constitute a milestone for the activity of judges around the world. As a document of a diplomatic nature, seeks to reconcile the different legal traditions, whether European or American or other influence, such as India, Malaysia and African countries. It also occurs to analyze the ethical principles applied in Brazil. In the final chapter enters by analyzing the activity of the National Council of Justice, deeply rooted historical, including as a result of globalization, led by the World Bank, examining the different situations faced by the Council and those emphasizing the greater impact to the internal balance of bodies of the Judiciary. We conclude that the CNJ is the guardian of the administration of the judiciary and the national control of their actions, carried out only by the Supreme Court, has resulted in his legitimation, which is a result of the analysis of several previous research examined the course of .

## Keyword

National Justice Council, Democracy, Judiciary acts, judge control activity, Judges, Judicial conduct.

# SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ESTADO E SUA ESTRUTURA	13
2.1. A FEDERAÇÃO	13
2.1.1. Noções Gerais	13
2.2. A Federação Brasileira	23
2.3. O Estado Federado	26
2.4. Do Poder Legislativo Estadual	33
2.4.1. Intróito	33
2.4.2. Assembléia Legislativa	34
2.4.3. Competência Legislativa	34
2.4.4. Legislatura e Período das Sessões	37
2.4.5. Sistema Organizacional da Assembléia Legislativa. O Plenário	
. Mesa Diretora e as Comissões	38
2.4.5.1. Do Plenário	39
2.4.5.2. A Mesa. Composição e atribuições	40
2.5. Poder executivo estadual. Competências	43
2.6. A Democracia	48
2.6.1. Democracia e Sufrágio – Regime Francês e Regimes Inglês e Americano	54
2.7. O Estado Democrático de Direito no Brasil	63
2.8. A Separação de Poderes	78
3. PODER JUDICIÁRIO. CARACTERÍSTICAS. INDEPENDENCIA. FORMAS DE INVESTIDURA	81
3.1. Características Gerais	81
3.2. O Supremo Tribunal Federal	90
3.3. O Supremo Tribunal Federal e a Constituição de 1988	94
3.4. O Superior Tribunal de Justiça	99
3.5. O TST	103
3.6. O STM	105
3.7. O TSE	106
3.8. Da Justiça Federal	108



3.9. Da Justiça Estadual	114
3.10. Magistrados e associações	120
3.11. Da Jurisdição	123
3.11.1. Poderes do Juiz no Processo. Instrutórios e de Polícia	140
3.11.2. Poder decisório. Cognição	142
3.11.2.1. Independência da Justiça	148
3.11.2.2. Desobediência às ordens judiciais	160
3.11.2.3. Órgãos de Julgamento dos Juízes	165
 4 O CNJ E A ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO	 194
4.1. Introdução	194
4.1.1. Breve esboço histórico	196
4.2. A estrutura dos Conselhos Administrativos vinculados ao Poder Judiciário no Brasil:	197
4.2.2. O Conselho da Justiça Federal	197
4.3. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho.	199
4.4. O Conselho Nacional do Ministério Público	199
4.5. O Conselho Nacional de Justiça	201
4.5.1. Introdução	201
4.5.2. Conselhos em outros países	202
4.5.3. A Emenda Constitucional no. 45	205
4.5.4. O Conselho Nacional de Justiça. Composição. Organização	206
4.5.4.1. Composição	208
4.5.4.2. Organização interna	209
4.5.5. A atuação do Conselho Nacional de Justiça.	210
4.5.5.1. Programas e Ações	213
4.5.5.2. Jurisprudência do CNJ	220
4.5.5.3. Jurisprudência do STF em relação aos atos do CNJ	241
 5. A EFICÁCIA DA ATUAÇÃO DO CNJ. O PODER JURISDICIONAL E A AUTONOMIA DOS TRIBUNAIS.	 279
 6. BIBLIOGRAFIA	 292
 7 ANEXOS	 301

## Lista de Figuras

Figura 1 – Número de Magistrados – Justiça Federal	282
Figura 2 – Gráfico com Número de Processos por juiz	283
Figura 3 – Gráfico com Número de Processos	284
Figura 4 – Taxa de congestionamento por órgãos	284
Figura 5 – Número de Magistrados na Justiça do Trabalho	285
Figura 6 - Taxa de congestionamento no âmbito dos tribunais trabalhistas	285
Figura 7 – Justiça Laboral	286
Figura 8 – Magistrados na Justiça Estadual	286
Figura 9 – Processos Julgados na Justiça Estadual	287
Figura 10 - Taxa de congestionamento na Justiça Estadual	288
Figura 11 – Tramitação dos processos no juizado	288